

EMPRESÁRIO, PREPARE-SE PARA O INÍCIO DO ANO

ATENÇÃO AO GRAU DE ENDIVIDAMENTO DO CONSUMIDOR E PROMOVER LIQUIDAÇÕES PARA GERAÇÃO DE CAIXA SÃO INICIATIVAS IMPORTANTES

É recorrente, no período de festas de final de ano, o consumidor ir às compras em busca de presentes para amigos e familiares e para garantir a comemoração do Natal e da passagem do ano com mesa farta. E, com o aumento do poder aquisitivo e o crédito abundante, tudo fica mais fácil: basta sacar o talão de cheque ou o cartão de crédito da carteira e parcelar os pagamentos em três, quatro ou seis vezes, sem qualquer acréscimo.

O problema, como sempre, é que muitos consumidores se esquecem de que no início do ano ocorrem gastos muito elevados: material escolar, IPVA, IPTU e outras despesas como matrículas e uniformes para os filhos que, somadas às parcelas das compras efetuadas em dezembro, estouram o orçamento mensal da família.

Os empresários, por sua vez, precisam honrar seus compromissos: recolhimento de impostos, pagamentos de empréstimos bancários e fornecedores. E para "fazerem caixa" e renovarem os estoques, recorrem às tradicionais "queimas", por meio de liquidações, que induzem novamente os consumidores a gastar. Trata-se, na verdade, de um círculo vicioso.

A sugestão é que, neste momento de "queimas" de estoques, sempre que possível, os recebimentos sejam efetuados em dinheiro ou cartão de débito ou crédito e não por meio de cheques pré-datados, pois o risco de inadimplência para os lojistas e supermercadistas é elevado.



pág. **02**

CONJUNTURA

Novo salário mínimo deve estimular consumo, mas causará grande impacto nas contas públicas

pág. **03**

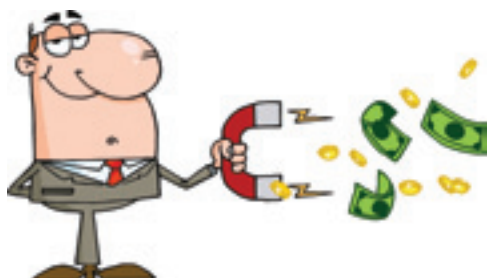
CONTRIBUIÇÃO

Confira o anúncio da Fecomercio sobre a contribuição sindical em 2011

pág. **04**

INVESTIMENTOS

Momento entre final e início de ano é o favorito de muitos aplicadores para pouparem recursos



NOVO MÍNIMO AGRAVA CONTAS PÚBLICAS

POR UM LADO, ELEVAÇÃO AMPLIA O CONSUMO POR MEIO DO GANHO REAL DE RENDA DE PARCELA DAS FAMÍLIAS, MAS, DE OUTRO, REDUZ CAPACIDADE DO GOVERNO INVESTIR

Os primeiros estudos sobre os impactos do provável aumento do salário mínimo dos atuais R\$ 510 para R\$ 550 mostram que, novamente, os efeitos mais relevantes ocorrerão no orçamento público. O principal limitador para aumentos maiores do salário mínimo é o já elevado déficit da previdência que continua a preocupar a cabeça dos especialistas em cálculos atuariais.

Estimativas conservadoras projetam que no País exista cerca de 19 milhões de pensionistas que recebem remuneração vinculada ao salário mínimo. Assim, o aumento de R\$ 40 gerará um impacto de quase R\$ 9,8 bilhões ao ano sobre as contas da previdência. Se, por um lado, isso pressiona os cofres da previdência e mesmo de algumas esferas de governo, de outro o aumento do consumo gera um volume maior de

arrecadação, que entra para o setor público em outras contas. Mas, evidentemente, os resultados finais são de um aumento maior das despesas públicas do que o aumento arrecadatório.

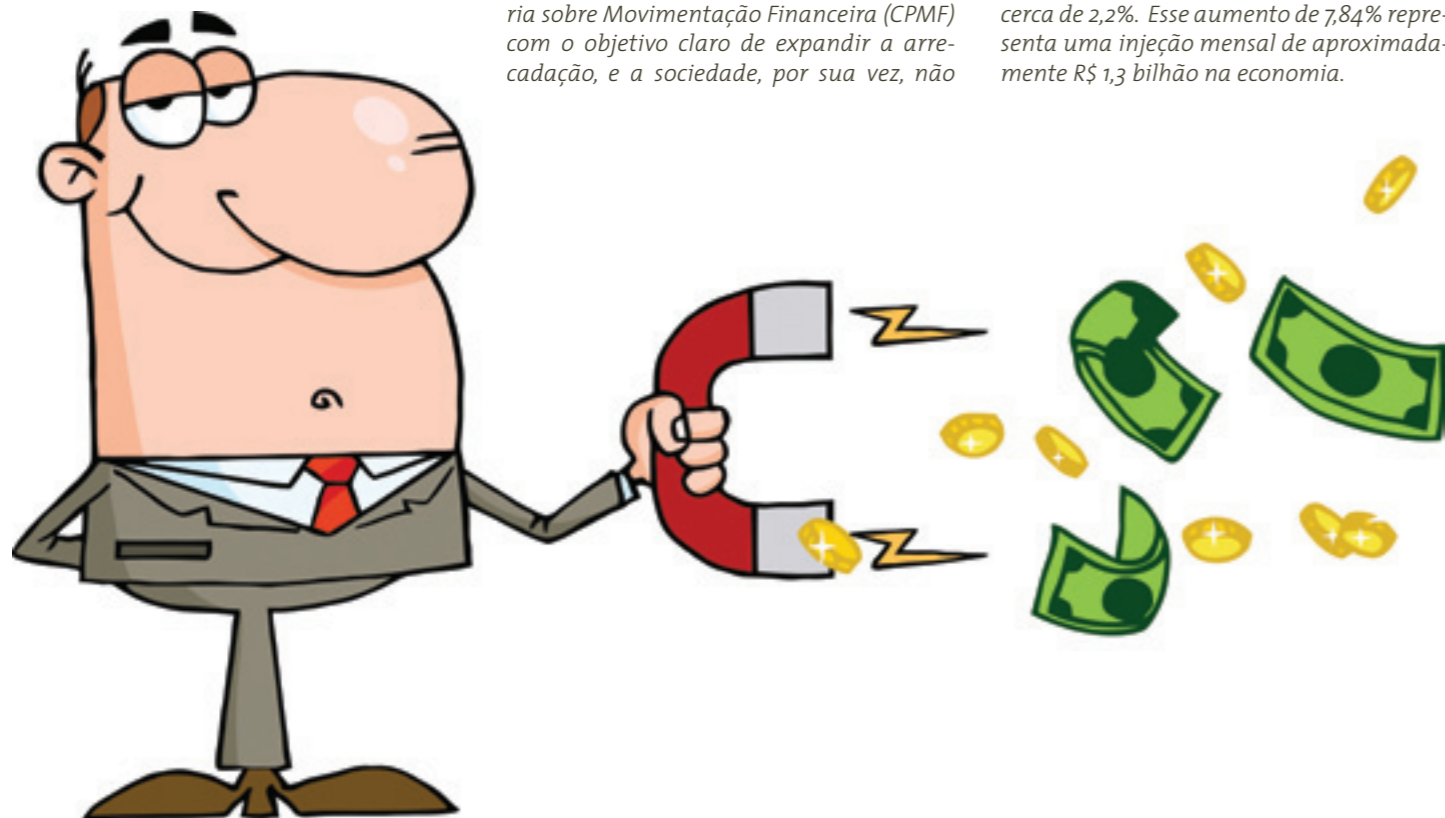
Se a elevação do mínimo amplia o consumo por meio do ganho real de renda de parcela das famílias, de outra forma reduz a capacidade do governo em investir, pois esforço adicional deverá ser exigido no corte de outras despesas para que se mantenha a meta do superávit primário. Ou seja, apesar de muito justo, os aumentos do salário mínimo acabam sendo restritos pela realidade fiscal do Brasil. De qualquer maneira, a elevação de 7,84% do mínimo, um pouco acima da inflação, gradualmente eleva o poder de compra das classes mais baixas de renda do País.

Vale ressaltar que o governo segue cogitando o retorno da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) com o objetivo claro de expandir a arrecadação, e a sociedade, por sua vez, não

pode aceitar pacificamente a vinculação do aumento do salário mínimo à volta da CPMF. Esse subterfúgio de elevar o salário mínimo e de certa forma vincular esse aumento a uma nova fonte de arrecadação não parece ser o mais correto na conduta do poder público.

Na iniciativa privada, os efeitos do reajuste são menores, porém não desprezíveis, tendo como contrapartida o estímulo ao consumo. Cerca de 12 milhões de trabalhadores recebem formalmente o mínimo. O efeito anual, contabilizando-se o 13º salário, pode atingir cerca de R\$ 6,2 bilhões. Se em termos absolutos o valor é significativo, em relação ao total de consumo das famílias isso significa algo próximo de 0,75%.

Em 2011, com a proposta de aumento para R\$ 550, a variação nominal será de 7,84% e o aumento real, considerando uma inflação acumulada de 5,5%, deverá ser de cerca de 2,2%. Esse aumento de 7,84% representa uma injeção mensal de aproximadamente R\$ 1,3 bilhão na economia.



COM A CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, A FECOMERCIO VAI LONGE PARA DEFENDER OS SEUS DIREITOS.

A Fecomercio é a voz e a opinião de mais de um milhão e oitocentos mil empresários junto ao governo, a órgãos reguladores e em negociações coletivas. Ela vai longe para defender seus direitos e abre portas para realizar conquistas que são muito importantes para o comércio de bens, de serviços e de turismo. Por isso, se você é empresário, pague sua contribuição sindical obrigatória até o dia 31 de janeiro.

Sua contribuição representa muito para você e para sua empresa. Acesse: www.fecomercio.com.br e descubra todas as vantagens de ser um contribuinte.

FECOMERCIO
Representa muito para você.

HORA DE ESTÍMULO ÀS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

INVESTIDORES MOSTRAM-SE MAIS PROPENSOS A POUPAR NO PERÍODO ENTRE O FINAL DE UM ANO E INÍCIO DE OUTRO

Por algum motivo, quase totalmente desprovido de lógica e razão de ser, muitos investidores ficam mais excitados e ansiosos com relação ao que fazer com o dinheiro no final do ano ou início do ano seguinte. De forma geral, a resposta é a seguinte: o mesmo que se faz ao longo do ano. Se a pergunta recai sobre os recursos disponíveis para investimento, há pouca diferença entre um mês qualquer, dezembro e janeiro.

Em primeiro lugar, existe a lenda de que na Bolsa de Valores as aplicações rendem mais em dezembro. Essa lenda tem até nome: Natal dos Operadores. Segundo relata a história quase que folclórica, os operadores forçam a alta da Bolsa no final de ano por causa dos bônus que poderiam receber. Além de tecnicamente ser uma inverdade (os bônus dos operadores dependem do resultado das corretoras ao longo de todo o ano e não da valorização ou desvalorização da Bolsa), é também mais uma "lenda urbana" fácil de desmistificar, da mesma forma daquela que diz que "chove menos de segunda-feira do que de final de semana". Quando vamos de fato aos números e ao histórico, nada indica que a Bolsa tenha desempenho efetivamente melhor em dezembro, da mesma forma como é mentira que estatisticamente as segundas-feiras são mais secas do que sábados e domingos.

A rigor, a excitação com relação a investimentos de final e início de ano não é totalmente descabida, apenas por conta de um fa-

tor: existem incentivos fiscais para aplicações de fundo de previdência. Como funciona?

A Pessoa Física pode deduzir do Imposto de Renda (IR), em até 12% de sua renda bruta, as aplicações em fundo de previdência privada. Ou seja, reduz o IR na fonte e também não há tributação sobre os rendimentos. Ao sacar futuramente os recursos, o IR não recolhido na fonte será calculado. O incentivo sobre os ganhos da aplicação são definitivos e não há tributação exclusiva sobre os ganhos.

Na realidade, essas aplicações poderiam ser feitas ao longo de todo ano, mas especialistas explicam que, como muita gente não consegue calcular antecipadamente o valor do fluxo de salários, bônus e rendimentos extras que terá ao longo de todo ano, quando se aproxima de 31 de dezembro ocorre então uma correria para que, de posse de valores mais próximos do que serão os rendimentos efetivos de todo ano, fazer a aplicação com o máximo de benefícios fiscais possível para o exercício do ano. Ou seja, existe sim uma aplicação preferencial no final de ano, para você que não tem um fluxo muito exato de rendimentos e salários.

Voltando às bolsas, uma curiosidade: Em dezembro de 2009, a Bolsa fechou por volta de 69 mil pontos. Em abril de 2010, a Bolsa contabilizava os mesmos 69 mil pontos. Naqueles dias, Economix mostrava que em média as aplicações de longo prazo privilegiam a renda fixa. Também alertávamos para o fato de que 2010 deveria ter um desempenho "de



lado" nas bolsas. Hoje, pouco depois de fechar o ano, o Ibovespa ronda os 69 mil pontos novamente. Isso não é adivinhação e não indica que não se pode ganhar dinheiro (e muito) com ações. Apenas confirma que, para se investir em algum setor, título ou ação, é imprescindível estar atento e conhecer o ramo, caso contrário você estará navegando em mares estranhos. Quem esteve atento e conhece o mercado de ações, pode ter ganhado muito dinheiro em 2010, mesmo com o Ibovespa andando de lado.

ECONOMix **FECOMERCIO**
Representa muito para você.

PRESIDENTE: Abram Szajman
DIRETOR EXECUTIVO: Antonio Carlos Borges
COLABORAÇÃO: Assessoria Econômica
PROJETO GRÁFICO: designTUTU
FALE COM A GENTE: economix@fecomercio.com.br
Rua Dr. Plínio Barreto, 285 - Bela Vista - 01313-020
São Paulo - SP - www.fecomercio.com.br



Design Tutu



SUSTENTABILIDADE É UMA IDEIA QUE TODO MUNDO COMPROU. VOCÊ JÁ COMEÇOU A VENDER?

O 2º Prêmio Fecomercio de Sustentabilidade é voltado para empresas de comércio e serviços, instituições acadêmicas e órgãos públicos, comprometidos com a preservação da vida, a responsabilidade social, a consciência ambiental, a ética e o futuro. Enfim, que já incorporaram a sustentabilidade aos seus negócios. Participe.

Premiações para empresas, órgãos públicos e instituições acadêmicas.
Para mais informações, acesse:

www.fecomercio.com.br/sustentabilidade.

FECOMERCIO
Representa muito para você.